



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

WELLINGTON LUIZ PINELE PORTO JÚNIOR

**O PARADOXO DE CONDORCET E A QUESTÃO DA ESCOLHA PÚBLICA: UMA
ANÁLISE DA TOMADA DE DECISÕES COLETIVAS EM ECONOMIA**

SALVADOR
2014

WELLINGTON LUIZ PINELE PORTO JÚNIOR

**O PARADOXO DE CONDORCET E A QUESTÃO DA ESCOLHA PÚBLICA: UMA
ANÁLISE DA TOMADA DE DECISÕES COLETIVAS EM ECONOMIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. M.e Ihering Guedes Alcoforado

**SALVADOR
2014**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Concorrência política	21
Gráfico 2 : O eleitor na média, fator decisivo	23
Gráfico 3: Firma no Mercado de Competição perfeita	31
Gráfico 4 : Custo Externo	37

LISTA DE SIGLAS

CMg	Custo Marginal
CMgS	Custo Marginal Social
CTMe	Custo total Médio
CVMe	Custo Variável Médio
D	Demanda
P	Preço
Q	Quantidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ESCOLHA COLETIVA	11
2.1	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES	13
2.2	PROBLEMAS NA ESCOLHA COLETIVA	17
2.3	O PARADOXO DE CONDORCET	19
2.4	O ELEITOR MEDIANO	21
2.5	GRUPOS DE INTERESSE	25
2.6	O DILEMA DA ESCOLHA: EFICIÊNCIA X EFICÁCIA	27
3	MERCADOS COMPETITIVOS	31
3.1	CONCORRÊNCIA POLÍTICA	34
3.2	SOLUÇÕES POLÍTICAS PARA AS FALHAS DE MERCADO	37
4	GOVERNO	40
4.1	A ESCOLHA PÚBLICA	42
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	46

RESUMO

Neste trabalho discorremos sobre a tentativa de compreensão da tomada de decisões coletivas dentro do processo democrático e de sua representatividade. Partindo de uma ideia inicial de comportamento estratégico do eleitor no processo eleitoral e tendo em vista o Paradoxo de Condorcet, tratando do interesse e da importância do eleitor mediano, o qual, exterioriza o paradoxo, revelando à sociedade um comportamento oportunista dos seus políticos.

Palavras-Chave: Democracia Representativa. Processo de Escolha. Paradoxo de Condorcet.

ABSTRACT

In this paper we discuss about trying to understand the collective decision-making within the democratic process and its representativeness. From an initial idea of strategic behavior of voters in the electoral process and in view of the Condorcet paradox by treating the interest and importance of the median voter, which, externalizes the paradox, revealing to society opportunistic behavior of their politicians.

Key-words: Representative. Democracy. Selection Process. Condorcet paradox.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma tentativa de compreensão da tomada de decisões coletivas, dentro do processo de escolha de políticas públicas, sua representatividade e eficácia na economia. A teoria econômica inserida no seu campo de estudo, busca avaliar o comportamento estratégico, seja do indivíduo ou da sociedade, para a conquista do bem estar social, procurando definir o papel político exercido no regime democrático, para tanto, a funcionalidade das instituições, dos órgãos de planejamento estratégico, que visam o progresso social, o aumento da riqueza, tomam o indivíduo observando suas predileções, preferências, para provisionar os impactos de suas ações. A configuração dessas ações em especial a tomada de decisão pelo conjunto dos indivíduos, são de fundamental relevância na economia de uma nação.

Nas disciplinas de Política e Planejamento Econômico, Economia do Setor Público e Teoria da Escolha Pública é possível investigar e caracterizar os efeitos da ação coletiva no processo de decisão econômica e nos determinantes e diretrizes, traçadas como plano de administração para uma dada comunidade, os pressupostos para tal análise de que o indivíduo possui comportamento racional, individualista e otimizador de suas preferências, permanecem aqui inalterados. Observa-se, porém neste trabalho os casos em que a racionalidade dos indivíduos é limitada por assimetrias de informação, além dos custos por obtenção destas, a informação ser completa ou perfeita, e a possibilidade de nem sempre as preferências no âmbito da escolha coletiva, atender a premissa básica da transitividade e completude como na teoria do consumidor.

Partindo-se da idéia inicial de comportamento estratégico dos agentes econômicos, seja no decorrer de um processo eleitoral ou então quando estes têm que deflagrar sua opção numa cesta de bens (preferência revelada), tratando o modo de escolha por meio da democracia, o resultado alcançado nesse regime de governo, pode muitas vezes atingir ou não atingir, a eficiência dos mercados competitivos do setor privado. O tratamento explicitado é que no ambiente democrático predomina-se a concorrência política, em que cada voto será disputado arduamente, tal qual, fosse um consumidor no mercado de bens e serviços. Os problemas claro, existentes nesse modo de escolha, residem no fato de que como no setor privado os mercados falham, geram externalidades. O que especificamente neste caso, tais

externalidades, são muito difíceis de serem internalizadas, ou mesmo de serem neutralizadas. A exemplo disso observamos a conduta oportunista dos políticos. Ela demonstra a dificuldade da obtenção de um resultado otimizador ou maximizador, mas que no ambiente concorrencial pode ser minimizado. Diferentemente de outro regime, como um regime ditatorial que pode ser caracterizado como um monopólio, incapaz de proporcionar bem estar social, numa amplitude maior que a escolha coletiva na democracia. A utilização do instrumental metodológico dos princípios econômicos, permitem a análise de modelos de ciclos de negócios políticos. Os aspectos que levam ao surgimento dos fatores que ajudam a promoção da eficiência no mercado político, e no processo decisório da opção de grupos. Os interesses coletivos, segundo um julgamento de utilidade individual, os quais discorrem para o entendimento da escolha das políticas públicas na sociedade.

A relevância acadêmica do tema, é para ajudar a esclarecer certas atitudes e condutas que não são peculiaridades abstratas do nosso cotidiano político e econômico, dividindo opiniões, acerca das políticas públicas, se estas podem alterar a projeção e a sensação de qualidade de vida, na vida dos cidadãos, quando os interesses individuais coincidem com anseios coletivos, e quando não o são. A composição do resultado, atendendo às suas predileções no processo de escolha pública ou privada, pois a maioria das decisões, sejam elas coletivas ou individuais culminam em ações políticas.

O contexto social neste tipo de empreitada é fundamental, no pensamento cotidiano um dos poucos consensos obtidos no mundo todo, é que a participação dos indivíduos nas decisões públicas deve ser cada vez maior, mesmo que a multiplicidade de opiniões gere custos adicionais para uma decisão rápida e precisa, para assuntos controversos, a exemplo da defesa nacional ou aumento dos gastos do governo ou da tributação. Os argumentos são os mais variados possíveis as assimetrias de informações multiplicam-se, o custo dos votantes aumenta, e é nesta medida que se formam grupos de pressão, partidos políticos, com regulações intensivas do governo, no mercado privado, além de intervenções cada vez mais frequentes. Tudo isso em decorrência do processo decisório coletivo.

O resultado destas opções é discutido de forma a implicar numa conclusão, ou melhor num aglomerado concreto de soluções que avancem no debate político muitas vezes desgastados

por propostas vazias, esse resultado não poderia de outra maneira dar-se por um outro caminho que não fosse pelo uso dos conhecimentos produzidos pela Ciência Econômica.

Procura-se neste trabalho apresentar o funcionamento de uma economia de mercado, para analisarmos os mecanismos que conduzem uma economia a operar em seu ponto de equilíbrio. E é neste sentido que discutiremos as questões da eficiência e eficácia no plano de uma administração. Os dilemas que enfrentamos em cada etapa da alocação de recursos escassos, numa dada economia.

A exposição das idéias, propagadas a cerca da escolha pública será traçada pelos ditames, que resultem em escolhas inteligentes por partes dos eleitores, para que os mesmos sejam capazes de identificar comportamentos oportunistas ou as associações de conluio político que engendre o monopólio das escolhas no setor público, fazendo com que a economia não funcione no ponto socialmente ótimo, ou seja opere num nível aquém do que poderia operar.

2 A ESCOLHA COLETIVA

Em economia definimos a escolha coletiva, como a soma das decisões tomadas pela sociedade como um todo. Tal fato não restringi-se e nem deve ser confundido com decisões de grupo, nem tão pouco a decisões da maioria tão somente, a escolha coletiva até certo ponto deve ser compreendida como o valor agregado da vontade, dos agentes econômicos, uma utilidade geral representada por seus participantes; o governo, instituições e indivíduos.

Quando nos debruçamos sobre o estudo da escolha coletiva, e a diferenciamos das decisões tomadas em grupo, o fazemos porque estas assumem um aspecto personalista, em alguns momentos no plano político de maneira emocional, inclusive. O entendimento é de que não é qualquer ajuntamento de pessoas que formam ou produzem uma vontade coletiva em stricto sensu. Nem tão pouco é razoável achar que a escolha coletiva tem em si mesmo uma qualidade altruística, que sempre deverá prevalecer, muito embora este seja um elemento admirável e bem querido pela maioria das pessoas. A virtuosidade das escolhas coletivas e de suas vontades, não é função dependente de seus participantes, na verdade são apenas função dos critérios axiológicos de uma sociedade, principalmente na política liberal moderna.

De acordo com Douglas (1998) a identidade dessas vontades formam as escolhas coletivas, englobado o comportamento coletivo. A consequência dessas escolhas não se sobrepõe aos valores que se encontram pilarizados:

A teoria democrática baseia-se no conceito de vontade coletiva. No entanto, quando se trata de empreender uma análise detalhada, a teoria da escolha racional individual só encontra dificuldades ao abordar o conceito de comportamento coletivo. É axiomático, para teoria, que o comportamento racional se baseia em motivos de auto-referenciação. O indivíduo calcula o que é aquilo que melhor atende a seus interesses e age de acordo com isso. Este é o fundamento da teoria sobre a qual se baseia a análise econômica e política, e, no entanto ficamos com impressão contrária. Nossa intuição nos diz que os indivíduos contribuem, sim, para o bem público generosamente até mesmo sem hesitações, sem a intenção óbvia de obter benefício próprio. (DOUGLAS, 1998, p.23)

A explanação feita acima não pretende determinar a presença ou não de altruísmo ou mesmo virtuosidade das escolhas coletivas. Deseja-se a reflexão das ações individuais em grande escala. Novamente nas palavras de Douglas:

Sabemos que os indivíduos submetem seus interesses particulares ao bem dos outros, que o comportamento altruísta pode ser observado, que os grupos exercem uma influência sobre o pensamento de seus membros e até mesmo desenvolvem estilos de pensamentos distintos. (DOUGLAS, 1998, p.32)

Uma outra característica de grande relevância para a escolha coletiva, é a confiança na aceitação de uma proposta de maneira generalizada pelo público, a expectativa dessa maneira, desencadeia vigorosas atitudes que sejam capazes de abranger interesses pessoais, em um ambiente de multiplicidade de opiniões e convicções, tendo diversas ramificações valorativas:

Outra forma de explicação coletiva faz com que ação coletiva dependa do complexo de entrelaçamento das múltiplas trocas recíprocas, diretas e indiretas. De acordo com a forma desta explicação, o indivíduo racional está atado a um complexo conjunto de relações, nas quais precisa agir munido de confiança já que não lhe resta alternativa. (DOUGLAS, 1998, p.42)

Quando nos remetemos a grupos para caracterizar as escolhas coletivas, incorremos em um erro absoluto, pois, não podemos sintetizar as opções coletivas tão somente pelas pretensões arbitrárias de seus membros, em vista do confronto claro, entre os benefícios diretos ao todo e custos diretos ao particular. Refere-se que se tomarmos apenas os grupos como alicerces das escolhas sociais estaremos refém dos laços ideais que firmam o grupo, e a ameaça de evadir-se do mesmo, coloca o argumento, como trunfo de barganha.

Se os custos decorrentes da presença no grupo aumentam acima dos benefícios esperados, a ameaça de se retirar é seu principal trunfo em uma negociação. Seus membros podem usar esse fato contra quem que pretenda extrair dele mais contribuições do que eles querem dar. Em conseqüência, os assuntos de um grupo latente serão conduzidos por meio de veto e apoiados por ameaças de retirada. (DOUGLAS, 1998, p.49).

A referência feita a pouco, não é só uma crítica, a quem pondera com mais valor as ações de grupos de pressão num governo ou numa economia moderna. Embora seja verdade tal comportamento, o argumento de saída do grupo econômico ou político seja no setor público ou privado é estratégico e contumaz para os dias atuais. A crítica reside no contexto de ressaltar a base de princípios e convicções que determinam as escolhas coletivas nos Estados democráticos de direito vis á vis interesses individuais.

As escolhas coletivas não só proporcionam a ampliação do debate político, mas o avanço

da organização social e institucional. Para a economia aumenta satisfação social, na medida em que habilita seus participantes, a influenciarem de maneira mais equilibrada nos ganhos produtivos ou em aspectos que permitam aumentos de sua eficácia.

Os benefícios da escolha coletiva quando estes coincidem com os interesses individuais, promovem algo além do bem estar econômico pragmático, porém proporciona a construção de valores sociais e culturais, desta vez, não se trata de externalidades positivas (transbordando mercados), remete a um sentido de organização social por meio da escolha coletiva produzido pela coordenação das vontades individuais explícitas. Melhora substancialmente as relações econômicas.

Por seu lado, a teoria da escolha coletiva tem sido útil no sentido de reabilitar o funcionalismo. O nexos causal percorre toda a organização, opondo claramente resistências as ações de seus membros. O único pressuposto inicial necessário foi mínimo: eles gostariam de ver a comunidade sobreviver sem desistir de sua autonomia individual. As restrições presentes na situação permitem apenas certas soluções. Ao adotarem a estratégia mais fácil, eles começam percorrer juntos uma senda que termina na construção conjunta de um estilo de pensamento. (DOUGLAS, 1998, p.52).

Tais vontades residem na multiplicidade de critérios para a escolha pública se acontecer, e as vantagens relativas a escolha coletiva na obtenção de um denominador comum. Vontades estas que não podem ser forçadas de modo que as mesmas sejam sempre delegadas. Elas são construídas por um arcabouço de informações, elementos norteadores de tal decisão.

Em muitas ocasiões na ciência econômica, o termo coletivo ou coletividade foi usado para expressar contradições sociais, para exemplificar uma classe social ou confronto de classes. Aqui diferentemente dessa conotação o termo coletivo é o conjunto de vontades, é a escolha social, nela todos somos um, e esta unidade determina ações econômicas viáveis. A partir daí poderemos entender a eficiência econômica os fundamentos da busca pela equidade e da contraposição destes conceitos em economia.

2.1 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

As escolhas públicas feitas no modo de produção capitalista das economias de mercado revelam ao mundo, uma concepção de Estado tendo a democracia representativa como característica principal para um país ser respeitado na política internacional por outros. Para tanto as instituições políticas presentes em uma nação constituem indicador de sua

maturidade econômica. Quanto mais instituições que transmitam credibilidade jurídica e financeira, mais recursos e investimentos um país ou uma economia podem captar do resto do mundo. Tal fato é conhecido, preconizado e propagado por economistas de diversas áreas, a notoriedade institucional de uma sociedade amplia suas condições de troca no comércio entre nações, permitindo um aumento do seu produto interno.

No âmbito da análise das decisões econômicas no setor público, as instituições podem dinamizar políticas, no intuito de concentrar os benefícios das mesmas. Ao tornar os benefícios mais específicos (concentrado numa diretriz administrativa), podem-se dispersar os custos marginais de algumas políticas fazendo com que seus efeitos sejam graduais e atenuados ao longo do tempo. Nas palavras de Monteiro:

Na promoção de ordem institucional de maior nível estável, que, por sua estabilidade, induz a previsibilidade do resultado da interação, dos participantes das escolhas públicas. As estratégias ao longo dessa interação são essencialmente de terminadas pelas preferências dos agentes quanto a resultados macroeconômicos (inflação, produto e emprego), dada a estrutura dessas escolhas. (MONTEIRO, 2004, p.61)

No âmbito da concorrência política, no momento de um certame eleitoral, instituições podem coibir condutas prejudiciais ao bem estar da sociedade. A tripartição de poderes em legislativo, executivo e judiciário é o melhor exemplo para caracterizar tal afirmação, segundo a tradição desde o pensamento iluminista, um possui o dever de fiscalizar o outro, para que interesses privados não sobreponham interesses coletivos. Para o tema da escolha pública o papel do poder judiciário é ressaltado, pois ele será o responsável em mitigar os custos operacionais presentes em uma economia. Na medida em que ele diretamente por suas ações coercitivas reduza o comportamento oportunista de todos os agentes econômicos, seja no setor privado e no público. Até por que as ações do poder judiciário permitem aos políticos e administradores públicos, redistribuírem as pressões provenientes dos seus eleitores. Revela-se uma oportunidade de comportamento estratégico, pois esse contexto, é caracterizado pela fuga de responsabilidade ou transferência de culpa, de um para outro.

No ambiente de incerteza como informações imperfeitas, tais manifestações de vontades previamente estabelecidas, podem ser descumpridas. Eis aí revelado como o papel importante exercido pelo poder judiciário na economia, punindo quem descumpra contratos

de maneira irresponsável, tornando as relações econômicas instáveis.

É justamente o cumprimento de leis e contratos que resultarão em estabilidade política, e durabilidade da política pública, ampliando seus efeitos, a extensão na implementação das ações governamentais, para toda comunidade como assevera Monteiro:

Dadas as variadas preferências individuais dos participantes desse jogo, o grau de cooperação social que se estabelece é fundamentalmente definido pelo conjunto de regras que prevalece no jogo. A final a Constituição é o lócus em que se arbitra a extensão das perdas e ganhos que a sociedade aceita sancionar no processo político. (MONTEIRO, 2004, p.61)

O cumprimento das leis principalmente no processo de tomada de decisão econômica, conta muito e políticos e administradores públicos sabem da relevância de tal reputação e exterioriza a funcionalidade das instituições sejam elas públicas ou privadas. A reputação de um país e de uma economia é refletida pelo grau de seriedade de suas instituições no cumprimentos de acordos financeiros e contratos. À colocação de Donald Wittman (1999) se faz presente:

Monitorando a reputação, competição e otimizando os contratos políticos, o oportunismo será reduzido, mas possivelmente não será eliminado. Entretanto, isto não pode ser considerado como um fracasso do mercado político se não houver alternativas melhores, pois outras formas de controle público ou privado são demasiadamente caras de implementar. (WITTMAN, 1999, p. 56)

As instituições minimizam custos de transação, compreendidos como formulado, custos sociais em regatear, preparar, e fazer cumprir contratos. Os contratos em economia nada mais são do que a manifestação de vontades individuais, quando temos interesses em comum ou dupla coincidência de desejos. Como designado por Donald Wittman:

Os Mercados Políticos democráticos são estruturados para reduzir os custos de transação. Aquele pequeno número de membros da Câmara e do Senado reduz, os custos de negociação, criando assim condições para troca de interesses. A troca de interesses só ocorre se o acordo gera ganhos para ambas as partes. (WITTMAN, 1999, p. 59)

As instituições as quais fazem-se referências neste trabalho são exemplificadas pelos partidos políticos, tribunais eleitorais e tribunal de contas, associações sem fim lucrativos, bancos e ministérios de governo. Todas estas citadas e outras distribuem o poder político e aumentam as possibilidades de escolhas públicas serem mais eficazes e transparentes no decorrer de suas atividades. A estas instituições caberá o provisionamento de contingências, as pautas e a maneiras como as questões alocativas serão tratadas.

Alguns custos sociais devem ser ressaltados, primeiro por que para o público em geral tais custos não são identificados, e costumam passar despercebido, segundo por que são cruciais quando vamos investigar e computar as preferências de cada cidadão, e fundamentar escolhas, são eles: o custo de redigir um texto legal de forma suficientemente clara ou precisa, custos organizacionais e custos de monitoramento da observância da lei, custo que incidente sobretudo nas decisões dos tribunais.

As instituições podem minimizar custos privados e custos sociais, no que tange as políticas. Papel exercido por elas pode atenuar custos sociais elevados que sejam onerados em cima de uma minoria. Nas palavras de Mitchel e Simmons:

Talvez político fundamental – uma divisão com conseqüências inconvenientes e inoportunas – é a separação das considerações de custo e benefício. O fato de que poucas pessoas sejam forçadas a compará-los antes de fazerem escolhas de políticas públicas cria condições e encoraja as pessoas a buscar ganhos adicionais à custa da coletividade. (MITCHEL; SIMMONS , 2003, p. 152)

De acordo com Monteiro (2007) a em relação às instituições como minimizadoras de custos viabilizando as atividades econômicas podemos observar:

Embora seja amplamente reconhecido no debate nacional que, do ponto de vista dos agentes privados, o comprometimento do governo relativamente ao curso de uma política gera expectativas de um padrão favorável aos investimentos, não se dá especial atenção ao comprometimento institucional que está subjacente a essa política. É como supor que a predisposição a contratar nos ciclo de mando por parte dos políticos reduz os custos de implementação de contratos de mercado [C] e, portanto, gera uma percepção mais virtuosa dos agentes regulados quanto a regulação econômica [D] promovendo maior atividade econômica. (MONTEIRO, 2007, p.34)

A negociação por partes dos agentes privados para com os agentes públicos tende a igualar o custo marginal privado ao benefício marginal coletivo a exemplo das cotas e permissões para poluir. Seguindo o raciocínio de Mitchel e Simmons:

Quando não há custos criados para os outros, uma pessoa que compara custos e benefícios evitará o desperdício e procurará pela eficiência. Mas se alguns dos custos da ação transbordam para terceiros, enquanto o indivíduo captura os benefícios, então comparar custos e benefícios privados levará ações que são caras para a sociedade. (MITCHEL; SIMMONS , 2003, p. 41)

Quando um país apresenta um quadro institucional estável, de regras a coordenação das preferências individuais coincidirá com as escolhas coletivas. Isto possibilitará que as escolhas públicas alcancem um equilíbrio. Tal acontecimento não precisará resultar de nenhum tipo de coalizão ou conluio. As expectativas anteriores dos indivíduos na sociedade, se refletirão nas políticas de um governo.

Ao infra-ordenar o quadro político, para resultar numa organização das políticas públicas e as opções que possuímos, poderíamos em certa medida agrupá-las como curvas de indiferença, para estabelecer um ponto de escolha ótima. Ao contribuir para a inovação política, por parte dos agentes públicos, mesmos que estes não possam se apropriar destas inovações, seja no planejamento e execução de suas tarefas, para tornar as ações governamentais mais técnicas e mais rápidas, alocando de maneira adequada recursos escassos.

As políticas de investimentos em setores como educação, transporte, habitação, saúde e segurança procuram sempre atender a este quesito. A educação tomada como bem, proporciona externalidades positivas com impactos significativos em indicadores econômicos de desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida.

2.2 PROBLEMAS NA ESCOLHA COLETIVA

Os aspectos e aplicações das decisões de grupo sempre foram na história da humanidade muito relevantes, sob o prisma da ciência econômica e dos seus acontecimentos sendo consequência direta na escolha coletiva, porém em Ciência Política, geralmente poucas vezes são utilizados os instrumentais econômicos apropriados para discorrer sobre esse fato. Tomaremos os indivíduos como integrantes de um corpo social mesmo que especificamente sejam as melhores definições do *homo economicus*, suas predileções pessoais terão que atender a vontade coletiva.

No mundo atual a melhor maneira de averiguar os desejos de uma comunidade é aferida através de uma eleição, configurada nos Estados Democráticos de direito, em que o povo esta representado por políticos eleitos por meio de um processo eleitoral, seja maioria simples, unanimidade (consenso geral), maioria absoluta e maioria qualificada. Os agentes econômicos estão preocupados em maximizar suas utilidades no processo de decisão política, sejam eles candidatos ou eleitores, porém estes personagens são policiados pelas regras do jogo, isto é, a maneira como a qual os procedimentos normativos são elaborados regulando sua conduta, principalmente no regime democrático, onde eles irão interagir de maneira periódica e na forma de concorrência pura, em que a conquista da vitória ou a maximização de suas preferências está por parte dos políticos, na obtenção do maior

número de votos possíveis, e por parte dos cidadãos que seus anseios em prol do bem comum, sejam traduzidos em realidades passados o escrutínio.

As expectativas decorrentes de incertezas exercem nesta etapa um papel perigoso, pois elas consolidam opiniões muitas vezes equivocadas a cerca de um candidato ou de uma política. Sobretudo quando alguém seja ele candidato ou eleitor se vale de uma assimetria de informação, cria-se neste aspecto verdadeiros factóides, com relação a proposta política em discussão.

A ênfase nos procedimentos que determinam as “regras do jogo” é relacionada ao fato de seus determinantes condicionarem as estratégias de cada participante no processo de escolha pública, o que conduzirá aos efeitos de ação coletiva como a regra da maioria o interesse e importância do eleitor mediano, o paradoxo do voto, voto estratégico, o comportamento oportunista, o poder de agenda e o processo de captura de renda por uma minoria em relação a uma ampla maioria. A observação de cada efeito descrito compõe-se de fragilidades vulnerabilidades verificadas na democracia representativa, que a afasta de um equilíbrio econômico que promova a eficiência, se comparada ao mercado de bens.

Neste caso, os políticos podem ser equiparados aos empresários capitalistas, em que o voto representa o lucro econômico a ser obtido, para chegar ao poder ou manter-se nele. Não se trata apenas de uma visão absoluta de deter poder ou mesmo de poder pelo poder, refere-se a maneira como a qual as regras estão postas, e ao que os agentes estão dispostos a fazer. Segundo Monteiro (2004) no tocante a racionalidade dos políticos pelo critério otimizador de suas intenções e seus desejos individuais como gestores:

A racionalidade de um político, é em última instância, definida pelo critério de maximização do número de votos (ou de apoio político); as regras em sua decisão derivam-se de qualificações feitas à vigência da regra de maioria; suas escolhas de estratégias levam em conta os impactos distributivos de políticas públicas, numa complexa conexão eleitoral: as estratégias de cada político são diferenciadas, segundo a visibilidade do benefício líquido das políticas, nos respectivos redutos eleitorais. (MONTEIRO, 2004, p.26)

A forma, como quadro político se apresenta para aqueles que desejam se eleger ou influir de algum modo nas decisões de um país.

Entende-se o sistema de voto como algo similar ao mercado de bens e serviços como no setor privado onde atuam famílias e firmas.

Segundo a concepção de Schumpeter (1961) no tocante relacionado ao parecer da perspectiva clássica, na interação das forças entre demandantes e ofertantes no mercado, é de grande relevância ressaltar:

A perspectiva clássica está centrada na proposição de que o povo possui uma opinião definitiva e racional sobre todas as questões individuais e que ele consumava esta opinião - em uma democracia - escolhendo 'representantes' que fariam com que essa opinião fosse executada. (SCHUMPETER, 1961, p.269)

Schumpeter (1961) não acreditava que o eleitor pudesse produzir idéias direcionadas para o "bem-comum", denominado propósito da democracia, mesmo diante da expressão ou da existência de uma "vontade popular", o povo apenas produz um governo e nada mais. E o método democrático decorre de uma luta concorrencial do povo ao cumprir o seu papel de eleitor.

2.3 O PARADOXO DE CONDORCET

A democracia representativa permite que alguns desarranjos de interesses sejam manifestados, pois no computo dos interesses particulares de cada cidadão pode não residir ou não ser a expressão do resultado decisório remetido ao grupo, ou seja pode existir algum tipo de irracionalidade no resultado da escolha. O fato tratado como um problema de tal regime não está em classificá-lo como ruim ou reprovável, porém em avaliar sua dispersão. O desvio que pode se apresentar numa ineficiência do modelo democrático quando desejar-se adoção de uma política pública eficaz.

De acordo com o comportamento racional, as preferências individuais, quanto à tomada de decisões coletivas, são bastantes perceptíveis as diferenças. Dessa forma, o chamado paradoxo de *Condorcet* ou simplesmente efeito *Condorcet*, questiona a transitividade das decisões coletivas bem como sua racionalidade, quando são computadas ou verificadas as preferências individuais. A está contradição as ordenações de predileções individuais transitivas quando apresentam uma opção de escolha de política pública, ou mesmo de um candidato, apresentam uma maneira irracional de escolha. As mesmas tem como resultado uma decisão final não ótima, caso, as propostas sejam votadas duas a duas, levando a resultados inconclusivos e incoerentes quando o comparamos com a teoria do consumidor.

As preferências passam a não atender a condição de convexidade em uma curva de utilidade.

Na definição de Hugo Borsani (2005) o paradoxo do voto é necessário para entender o funcionamento das instituições democráticas, como elas se apresentam ao público:

O paradoxo do voto é um conceito fundamental para entender o funcionamento dos processos de votação nas instituições democráticas sendo particularmente útil no estudo do funcionamento do Legislativo e de suas comissões. (BORSANI 2005, p.109)

O chamado paradoxo de *Condorcet* nome adquirido em homenagem ao filósofo e matemático Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat em 1785, evidencia um mecanismo de não obtenção de bem estar por parte da decisão coletiva na avaliação um entrave substancial na ordenação das preferências.

Para Arrow (1963) no regime democrático, existem cinco condições fundamentais para qualquer procedimento de tomada de decisão coletiva, os quais são exercidos através do voto e fundamentados através das preferências individuais. Tal polêmica é eclodida quando o autor ressalta que para prevalecer à vontade da maioria, é imprescindível que se infrinja uma das cinco condições fundamentais no processo de tomada de decisões.

De acordo com Arrow (1963) quando se produz uma racionalidade coletiva, não significa que houve uma soma das racionalidades individuais, é o que chamamos de Teorema da impossibilidade de Arrow. Na verdade, existem regras próprias de funcionamento no coletivo que são distintas do funcionamento individual.

O Teorema da impossibilidade de Arrow tem como pressuposto a busca ideal por um sistema de votação, um modelo, considerando algumas propriedades que são desejadas em um justo sistema de votação. Dentre os sistemas temos: o domínio irrestrito, o não ditatorial, a unanimidade e a independência das alternativas irrelevantes.

De acordo com Olson (1971) na promoção de um bem comum, o auto-interesse pessoal, não é fator determinante da ação coletiva, ou seja tal fator não deve ser levado em consideração. Afirmando ser equivocada, a forma coordenada do comportamento racional dos indivíduos, na obtenção dos objetivos coletivos, isto porque, quanto maior for o

tamanho do grupo, menor será a contribuição individual para a obtenção do objetivo coletivo, ou seja maior será o custo marginal do próximo indivíduo que se somar ao grupo.

Na contraposição dos argumentos apresentados para Riker (1982) a democracia liberal clássica é fundada em um sistema político justo. Dessa forma, usa-se como base liberdades negativas e direitas, afastando uma visão populista, eliminando lideranças indesejáveis.

Em suas publicações, Riker (1982) ressalta seu conceito de democracia, como sendo:

Democracia, pode, de uma perspectiva populista, ser uma espécie de democracia minimalista, mas é a única forma de democracia realmente viável. Este é o tipo de democracia que nos Estados Unidos, e é o tipo de democracia muito admirada por todos aqueles que vivem em sociedades fechadas. (RIKER, 1982, p. 246).

A maneira de auferir as vontades dos indivíduos por meio do voto, quase nunca repousa na unanimidade e no consenso geral, decisão única capaz de proporcionar o ótimo de Pareto, haja vista o custo de oportunidade, para se chegar a obter esse resultado. O custo social como já foi exemplificado é muito alto e quase nunca é visto no mundo real. As assimetrias de informação exercem uma condição precípua para que as predileções da sociedade não sejam atendidas. A deflagração deste mecanismo perturba a ordenação das preferências e tem como resultado uma quebra no pressuposto neoclássico quanto uma possível decisão que tenha como resultado um ótimo de Pareto. Perde-se a eficácia da decisão, é verdadeiramente um peso morto de dimensões altíssimas na análise econômica.

A democracia representativa para o mundo atual aprecia as decisões tomadas pela maioria, baseada no voto livre, no sufrágio universal. A maioria simples, relativa, absoluta e majoritária constituem os modos comuns de auferir o resultado da vontade dos indivíduos, como exemplo a regra da maioria para optar-se pela quantidade de bens públicos para serem ofertados a sociedade e como os custos devem ser distribuídos. Em contra ponto coloca-se a questão para a determinação da qualidade das maiorias, se estas representam de fato um sentimento de vontade nacional.

2.4 O ELEITOR MEDIANO

Avaliando o contexto de contradição como produto do efeito Condorcet, encontramos um determinante chave dentro do processo eleitoral, destacado pelo(s) eleitor(es) mediano(s) aquele grupo de indivíduos que ainda não definiram concretamente seu programa de intenções ou critérios para estabelecer uma postura quando for o momento de efetuar sua escolha. Tomando por base o processo de escolha por maioria simples no qual o candidato com maior número de votos vence, notamos uma série de perturbações.

Para exemplificar um contexto, imaginemos que três candidatos A, B e C tenham tido respectivamente as votações; 30%, 25% e 45% das intenções efetuadas por meio dos votos, percebemos que apesar do candidato C ganhar pela maioria simples, este é rejeitado por 55% das intenções de voto. O problema é derivado pelo método majoritário, utilizado em nosso país nos cargos do executivo, e para solucioná-lo ocorre segundo turno, onde o candidato deve obter cinquenta por cento dos votos mais um para ser sagrado eleito. O escrutínio acontece claro de maneira democrática (pelo menos quando nos referimos as oportunidades) o que é incontestável, porém, por estar lastreado em um princípio fundamental da contagem e da matemática, quando a distribuição do quadro político é linear, isto é afastando a possibilidade de uma escolha unilateral com a obtenção dos cinquenta e um por cento, permite o surgimento do eleitor mediano como fator decisivo para vitória de um partido uma proposta pública ou candidato.

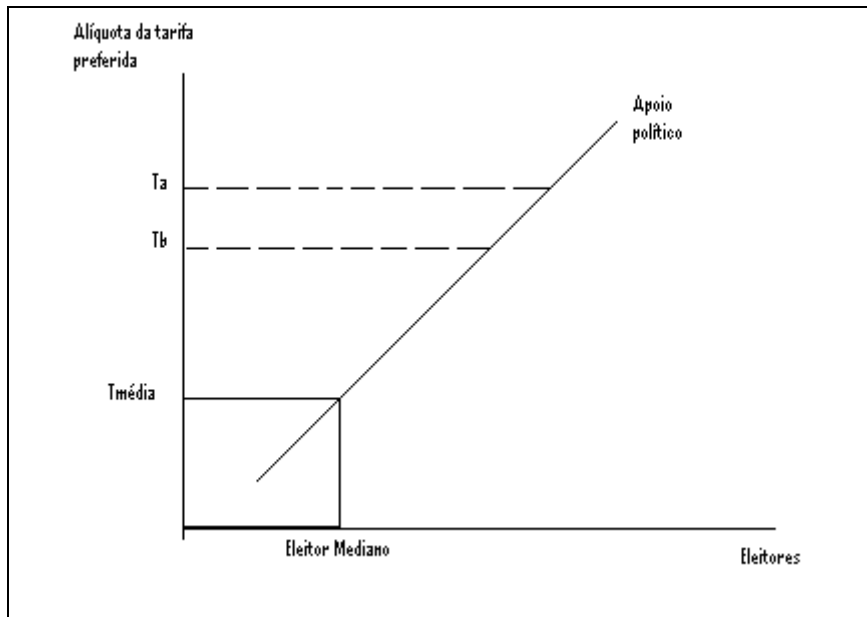
Debruçando sob o exemplo da verticalização política na qual os partidos tem seu programa explicitamente configurado de maneira antagônica, sendo definido em pólos de direita ou esquerda, analisasse que a convergência para o centro das preferências é a melhor tática de conquista do eleitorado.

De acordo com Krugman e Obstfeld o eleitor mediano é caracterizado da seguinte maneira de acordo com suas preferências frente a propostas públicas distintas:

O modelo trabalha da seguinte forma: suponha que haja dois partidos concorrendo entre si, cada um deles dispostos a prometer tudo que o ajude a ganhar as próximas eleições. Suponha também que a política econômica pode ser descrita numa única dimensão, digamos, a alíquota da tarifa. Por fim suponha que os eleitores tenham preferências diferentes quanto política econômica. Imagine ainda que o país em questão exporta bens qualificação-intensivos e importa bens trabalho-intensivos . Assim os eleitores com altos níveis de qualificação vão preferir alíquotas baixas, enquanto os com baixa qualificação sairão ganhando caso o país imponha tarifas altas(por causa do efeito Stoper-Samuelson discutido

no Capítulo 4). Podemos, portanto, pensar em enfileirar todos os eleitores com base na preferência quanto à alíquota da tarifa: os que preferem a alíquota mais baixa ficarão à esquerda e aqueles que preferem a alíquota mais alta, à direita. ...especificamente, ambos tenderão a convergir para alíquota preferida pelo eleitor mediano, que está exatamente na metade da fila..(KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, p.167)

Gráfico 1: Concorrência Política.



Fonte: Krugman e Obstfeld 2010, p.168.

Nesta análise feita por Krugman e Obstfeld todos os eleitores irão sempre distanciar-se das tarifas que estão acima da preferência média. O plano dividido pela reta de apoio político demonstra que tarifas mais baixas que T_a ou T_b conquistarão uma maior parcela do eleitorado. Interessará sempre para um político prometer a uma tarifa que atenda ao eleitor mediano.

A posição mediana e a busca pelo eleitor indeciso colocando em termos econômicos usuais se consistem na posição ótima para cada aspirante a vencedor, ou seja, a maximização de sua utilidade. O objetivo da explicação é chamar atenção, pois a migração para o centro evidenciada, seja pela mudança do discurso e postura do candidato ou da proposta, da sua plataforma administrativa será a condição necessária para obtenção da vantagem econômica, tendo como consequência a conquista da vitória.

Os concorrentes sempre começam suas campanhas pela divisão extrema de seus projetos em pólos diametralmente distintos (direita e esquerda) e idéias, mudando ao longo do

tempo, tendo por base o exemplo, deve-se advertir que este é elaborado na hipótese de dois candidatos, o que os torna frágil caso outro concorrente entre na disputa, mais uma vez externaliza-se o paradoxo de Condorcet.

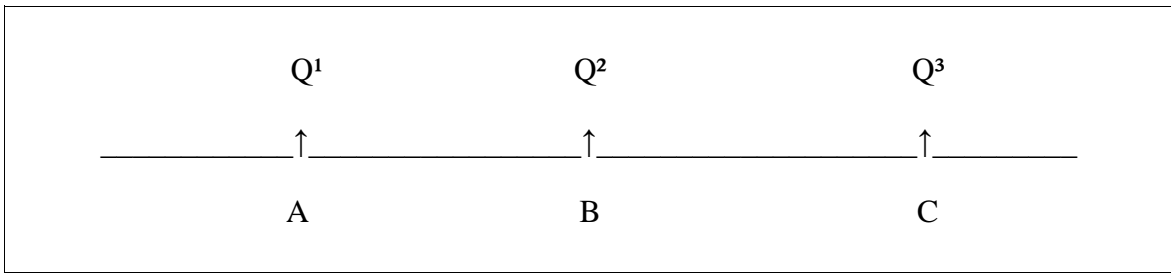
Apresentado de outra maneira o eleitor mediano é aquele que opta para uma quantidade que esta na média das preferências do grupo.

O problema, como foi explicado, reside na impossibilidade da regra da maioria em considerar a intensidade das preferências, como uma carta de intenções, pois os diferentes graus de preferências podem culminar por esta regra na insatisfação da sociedade. A irracionalidade das decisões coletivas mediante o computo das preferências individuais faz surgir o paradoxo do voto.

No exemplo exposto anteriormente, visualizamos um campo político com candidatos com índices de votações muito próximos para relembramos postulantes ou propostas: A, B e C com respectivamente 30%, 25% e 45% o resultado de maioria simples como já se sabe é vitória do candidato C. Mesmo este, tendo uma índice de rejeição maior que sua popularidade individual, o esclarecimento exposto, evidencia que quando temos propostas políticas muito distintas numa sociedade em que classe média é muito grande propostas políticas públicas serão afetadas e distorcidas, para atender a esta classe.

Outro exemplo que pode avaliar a irracionalidade das escolhas é o poder que as regras do jogo têm, num processo eleitoral, de influenciar comportamentos. Se faz presente quando a sociedade tem que realizar uma escolha. A exemplo da proposta política de segurança pública caracterizado pelas preferências e benefícios pessoais (custos de transação altíssimos), as quais diferem muito de individuo para individuo, porém como todos desejam ter o mínimo deste serviço, os desejos podem ser dispostos da seguinte maneira gráfica:

Gráfico 2: O eleitor na média, fator decisivo.



Fonte: Elaboração própria

A notação é remetida em aproximar-se da média central, no caso das propostas serem votadas de maneira sugestiva, pois a posição em Q^2 será a determinante chave para a tomada de decisão se todas são votadas de uma só vez. O eleitor mediano é considerado o fiel da balança.

Analisaremos o processo em partes, numa perspectiva de competição dual entre as propostas, considerando a preferência unilateral de cada parte, confrontadas entre si. Dessa forma, concluímos que C ganha de B, no confronto C x B, só que B é considerado melhor que A, no confronto B x A. Apesar disso, é verificado que B é mais desejado pelos apreciadores de C quando comparado a proposta A, e no último confronto C x A, a parte A venceria C pois os apreciadores de B estão mais inclinados aos gostos de A. Notada a incoerência está em C ganhar de B, deste ganhar de A, porém a proposta A ganhar de C, explicitando de outra maneira temos $C > B > A > C$ no conjunto das afinidades, não importando caracterizar as letras como representantes da política, mas em entender a condução de movimento das propostas para o centro e a irracionalidade das decisões coletivas mediante avaliação dos gostos individuais, arcabouço teórico e empírico descoberto no século XVIII, não atende-se mais uma vez ao pressuposto de transitividades das preferências.

A democracia permite o acontecimento de tal incongruência de interesses. E apesar do fato de ter me repetido, existe a necessidade de se dominar tal conceito, pois a partir das pesquisas, extrai-se conhecimento político mais aprofundado para o estabelecimento de conexões com a realidade vivida.

O poder de determinar as regras do jogo, também denominado poder de agenda, é outro fator para desviar as preferências individuais de um resultado satisfatório do ponto de vista

econômico. A capacidade de influenciar em comportamento alheio dentro da democracia, é também um divisor de águas, possibilitando, na maioria das vezes, a junção do público e do privado em deter vantagem econômica, não se trata mais de afastar-se do equilíbrio econômico, torna-se apenas mais ganho de poder.

Necessário se faz a lembrança de Shumpter (1961), pois os políticos a semelhança do mercado de bens, são os empresários que sempre querem estar e permanecer no poder.

2.5 GRUPOS DE INTERESSE

A influência política imersa nas decisões da escolha pública é algo, desejado por vários setores de uma sociedade ou classe social. O que explica a formação de grupos de interesse não é o aspecto altruísta de suas pretensões, o bem estar social é claramente posto de lado, esses grupos se explicam pela insatisfação de camadas da população que acreditam que seus anseios serão atendidos de maneira mais rápida e eficaz se algum tipo de pressão for exercida junto as instituições presentes numa economia. Apenas os interesses em comum, também não seriam capazes, como um argumento mais gabaritado para definir a associação de alguns agentes econômicos, o êxito de suas ações é o que de fato os explica. Ao se associarem grupos, podem minimizar problemas de informação assimétrica, e custos de oportunidade, pois acreditam que estabelecendo coalizões reduzem problemas de arranjos institucionais e dissidências de interesses. Principalmente quando decisões de políticas públicas são remetidas a comunidade. A exemplo disto pode-se citar referendos e plebiscitos para saber sobre o porte de armas dos cidadãos civis. Organizados como partidos políticos defensores de minorias culturais podem ampliar seu poder de decisão.

Novamente vale a lembrança do pensamento de Olson (1971) na promoção de um bem comum. O papel que auto-interesse pessoal, possui no comportamento da ação coletiva. Afirmando ser equivocada, a forma coordenada do comportamento racional ilimitado dos indivíduos, na obtenção dos interesses coletivos.

Outro aspecto a caracterizar para o comportamento dos grupos de pressão, refere-se as demandas diligenciais, quando o assunto político não interesse ao grupo, ele é minado da pauta de uma pauta de votação ou retirado da ordem do dia.

De acordo com Monteiro (2004), em relação a comportamento aniquilador de pautas por parte do grupo de interesse vemos:

Os grupos sombra não tem a organização formal de um verdadeiro grupo de interesses difere dos eleitores comuns por que suas preferências de política apresentam-se quase que integralmente relacionadas a um conjunto específico de temas. (MONTEIRO, 2004, p.51)

Os políticos sempre tenderão a ceder a pressão de grupos de interesse, os benefícios advindos com a formação de pessoas organizadas no grupo garantirá a exclusividade de terem suas pretensões atendidas a curto prazo e a expandir sua influência para outros segmentos políticos no longo prazo. Sendo assim a tendência será de formação de mais grupos de pressão coletiva, e mais se tenderá a ter conluio e conchavos políticos mais fortes, haverá um conflito de forças e o papel das instituições representativas é que determinará quem sairá com a vantagem. Este é jogo político exposto de dentro para fora, nele percebemos que não existe espontaneidade, para debates propositivos, tudo passa a ser uma relação de poder dentro da democracia.

Na explanação de Hugo Borsani (2005), o pensamento acima referido é mais uma endossado:

A dificuldade da ação coletiva é fundamentalmente um problema nos grupos grandes. Em pequenos grupos (ou “privilegiados), a não contribuição de um dos membros é facilmente percebida por todos os integrantes do grupo, o que reduz as possibilidades de que isso aconteça. (BORSANI, 2005, p. 108)

Os grupos de interesse respondem a um dos dez princípios básicos em economia as pessoas reagem a incentivos, Mankiw (2010). E não só isso buscam incentivos seletivos, papel exercido pelos grupos de interesse e pelo lobby político. O bem coletivo é tomado por incentivos individuais, o que quer dizer; os benefícios das ações coletivas não estão disponíveis para todos, estão disponíveis para aqueles que cooperam.

É necessário mais uma vez nos reportarmos para explicitarmos a força do conluio de que um grupo de pressão pode ter perante um governo Hugo Borsani:

...Grandes conjuntos de indivíduos com interesses em comuns, como contribuísses, os consumidores e etc. , têm dificuldade em se organizar pelo alto custo de dissuadir o comportamento free rider.... (BORSANI, 2005, p. 108)

O que deve ser empreendido no estudo da formação dos grupos de interesse e pressão coletiva são os motivos que os mantém unidos para que sua influência no âmbito da

escolha coletiva se torne efetiva e concreta. No mecanismo de mercado sob o prisma da concorrência perfeita para evitar que o preço de uma mercadoria reduza é necessário que as firmas existentes pressionem o governo para elaboração de leis que determinem barreiras a entrada. Na teoria da escolha pública os grupos de pressão procuram se valer do mesmo comportamento lobbyista do setor privado. Quando avaliamos a manutenção desses grupos percebemos que a uma distorção clara que desvia a escolha pública da condição maximizadora, para tanto é só fazermos a comparação desses grupos com monopólios que podem auferir lucros a expensas de outras firmas gerando renda para si, sem benefícios para o resto da sociedade. Isto de fato acontece quando os grupos de pressão coletivas são favorecidos, pois estes privilégios limitam a conquista de oportunidades de escolha que aumentem o benefícios de todos. A exemplo da política de defesa nacional, gastos com exercito e proteção do território.

Haja vista que a ordem de um processo eleitoral afeta o resultado e que decidir como as matérias serão votadas consiste no comportamento estratégico ótimo, os votantes também podem se utilizar de um instrumental estratégico, semelhante ao utilizado em mercados oligopolizados, ou na concorrência monopolística. A adoção de probabilidades que resultem em vitória de propostas preteridas, pela maioria quando essas questões são levadas ao debate público, leva a critérios de preferências disformes que podem resultar em um problema de seleção adversa, que garantam descartar a melhor proposta de política pública, optando por uma não tão boa.

2.6 O DILEMA DA ESCOLHA: EQUIDADE X EFICIÊNCIA

Um dos mais importantes dilemas enfrentados pela Ciência Econômica, levando-se em consideração o conceito de custo de oportunidade (aquilo que é sacrificado ou renunciado para obtenção de uma outra coisa ou bem) na análise da tomada de decisão, é a questão da equidade e da eficiência. Na economia do bem estar à eficiência econômica corresponde a definição do ótimo de Pareto, no princípio de trocas que maximizam uma função de utilidade. As trocas são efetuadas até um estágio onde as curvas de indiferença de dois indivíduos se tangenciam e sendo este seu ponto de melhor alocação de recursos, qualquer outra troca além desse estágio, feita por um dos dois indivíduos, terá necessariamente que implicar em prejuízo do outro.

Quando falamos em alocações eficientes, estamos nos referindo ao melhor arranjo que

nossas escolhas podem alcançar, para revelarmos nossas preferências. E a ordenação dessas preferências é o elemento indicador de como nos comportaremos no mercado para realizarmos trocas de bens e serviços.

Na definição utilizada no ensino de microeconomia básica por Pindyck e Rubenfield:

Em uma alocação eficiente de mercadorias, ninguém consegue aumentar o próprio bem estar sem reduzir o bem estar de alguma outra pessoa. Usa-se as vezes como sinônimo a expressão eficiência de Pareto, em homenagem ao economista italiano Vilfredo Pareto, que desenvolveu o conceito de eficiência nas trocas. (PINDYCK ; RUBENFIELD, 2010, p. 526).

Nesse sentido uma economia promoverá alocações eficientes de recursos, sempre que estivermos tratando de mercados competitivos (assunto que será tratado mais adiante) de tal forma que a maximização resultante das trocas elevará o excedente total recebido por todos em uma comunidade. Enfatizada as trocas o primeiro teorema da economia do bem estar preconiza o equilíbrio competitivo como sendo eficiente no sentido de Pareto.

Para enraizarmos o conceito de eficiência Paretiana tomemos a definição descrita por Har R. Varian (2006) também no ensino de microeconomia intermediária:

Começaremos pela seguinte definição: se pudermos encontrar uma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de nenhuma outra, teremos a melhoria de Pareto. Se uma alocação permite uma melhoria de Pareto, diz-se que ela é ineficiente no sentido de Pareto, se a alocação não permitir nenhuma melhoria de Pareto, então ela é eficiente no sentido de Pareto. (Varian, 2006, p.15).

Pela teoria dos mercados competitivos o resultado das trocas será necessariamente um resultado de equidade, pois todos os mercados irão convergir para um equilíbrio geral. Quando todos os agentes estiverem maximizando suas utilidades individuais. Numa sociedade que permita ou propicie o livre mercado.

A visão orientada para o mercado conduz ao argumento produzido anteriormente, entretanto poderemos neste trabalho identificar falhas de mercado, e então explicitando e explicando algumas de suas razões, à analisaremos contundentemente mesmos sem ainda tratarmos o mercado de maneira singular. Não podemos tomar os pressupostos da competitividade apenas para determinar o grau de eficácia na alocação de recursos em uma economia.

As questões sociais que se colocam a frente dos administradores públicos remetem a fundamentar de outra maneira a operacionalização de um sistema econômico, isto porque

deve ser levada em conta a maneira como qual o resultado proporcionado pelas trocas efetuadas no mercado, distribuem a riqueza nacional. O administrador público no expoente das políticas públicas tem como função assegurar um tratamento mais igual para aqueles cidadãos de menor posse, uma alocação verdadeiramente eficiente é aquela que reduza disparidades de renda alarmantes, em decorrências das forças que atuam no mercado. Uma alocação de recursos deve ser também equitativa de um ponto vista mais social. Reduzindo disparidades de renda, a questão não é promover igualdades de riquezas (justiça social), porém fazendo uso dos mecanismos de mercado que promove igualdades de oportunidades, e algumas intervenções do governo corrigindo falhas de mercado, é possível conquistar melhorias na qualidade de vida de uma população e alavancar a satisfação de todos sob o prisma do liberalismo político e econômico.

Quando caracterizamos uma alocação eficiente devemos considerar a maneira como os bens são consumidos. Desta forma a definição para todos os bens em uma economia de mercado está definida e diferenciada pela natureza do bem. Ao tratarmos da questão da equidade é importante distinguirmos o bem público, o bem privado e os recursos comuns. Um bem é considerado privado quando este é excludente e rival, isto é simultaneamente, sua propriedade adquirida impede que outra pessoa usufrua desse bem consumindo-o ao mesmo tempo que outra pessoa diminuindo sua quantidade.

Como verificado por Pindyck e Rubenfield , na apresentação deste conceito em economia:

...os bens públicos possuem duas características são não exclusivos e não disputáveis. Um bem é denominado não disputável (não rival) quando, para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é zero, para um consumidor adicional. No caso para a maioria dos produtos oferecidos por empresas privadas, o custo marginal do aumento de produção é positivo. No entanto, para alguns bens, os consumidores adicionais não ocasionam mais custos. (PINDYCK; RUBENFIELD, 2010, p. 602).

Na contrapartida um bem é definido como bem público Quando uma pessoa não é impedida de fazer uso daquele bem não reduzindo sua disponibilidade de oferta. Em outras palavras bens públicos não são nem excludentes e nem rivais. Podemos exemplificar como bem público um alarme de incêndio, pois quando ele dispara todos podem ouvir e ao ouvi-lo as pessoas não tem seu benefício reduzido, sabendo da existência de uma situação de calamidade.

Mais uma vez valendo os conhecimentos descritos por Pindyck e Rubenfield:

Ou então consideremos a utilização de um farol por um navio. Desde que o farol seja construído e em funcionamento, seu uso por uma embarcação adicional não acrescentaria nada ao seu custo operacional. Por fim, consideremos um canal de televisão estatal. Certamente, é zero o custo de um espectador adicional. O ocasionam mais custos. (PINDYCK; RUBENFIELD, 2010, p. 602).

Contudo os recursos comuns são aqueles de acesso livre a todos mesmo sem a necessidade de seu pagamento.

Para tratar do dilema entre a equidade e a eficiência é necessário entender como dispomos bens público, privados e recursos comuns, isso porque uma dos argumentos dos defensores da sociedade mais igualitária compreende o princípio dos benefícios.

O princípio dos benefícios diz que as pessoas deveriam pagar mais impostos com base nos benefícios que recebem do governo.

A tributação é uma forma do governo realocar ou redistribuir renda em um país de maneira a diminuir diferenças sociais sejam por meios de impostos progressivos ou proporcionais a renda auferida por uma família numa dada economia. A maneira como o governo deve se comportar será abordada mais adiante para avaliarmos a tomada de decisão.

No plano político tendo como quadro referencial a democracia, visualizamos a mesma como capaz de fomentar as decisões de alocação de recursos escassos de maneira mais eficiente. Abrangendo uma maneira mais equitativa de ordenação de preferências, pois o processamento de demandas tem como propósito aumentar ganhos para todos. A atuação na gestão pública, pela visão de equidade social, tenta contornar o dilema da escolha equidade versus eficiência isto por que os resultados de mercado seu ajustamento automático (para aqueles que acreditam nele) nem sempre conduzirão a um plano social que atenuar diferenças entre riquezas e poder aquisitivo de uma nação.

3 MERCADOS COMPETITIVOS

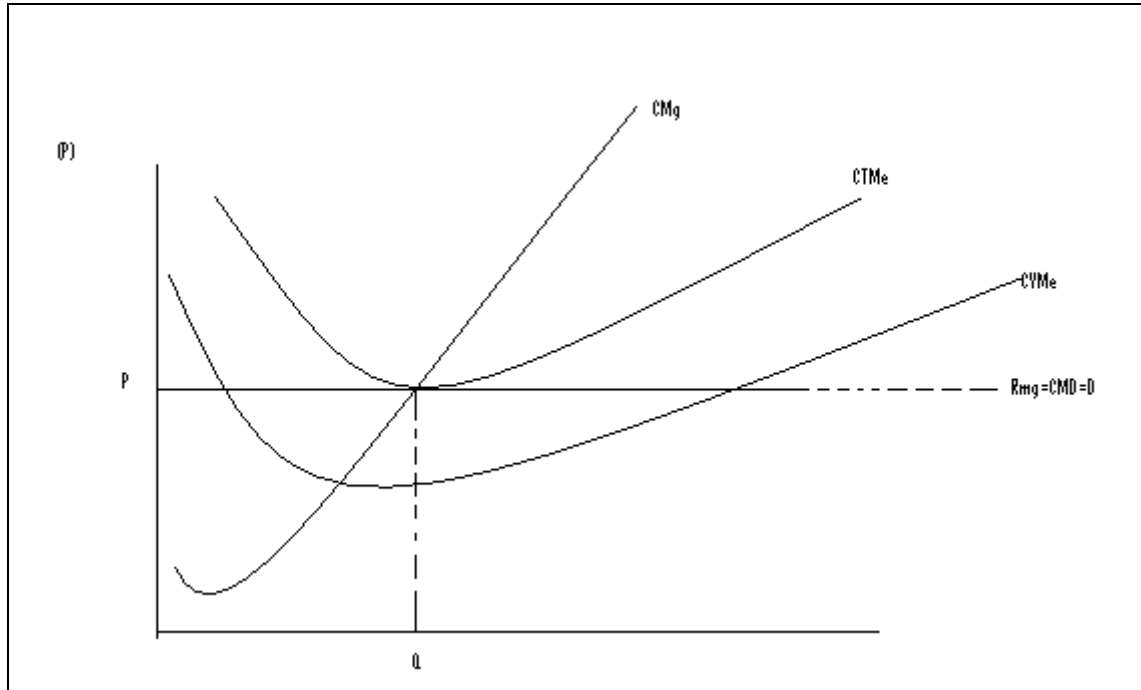
Para que possamos fundamentar nossa análise de tomada de decisões em economia, derivada pela questão das escolhas públicas se faz necessária, a apresentação do funcionamento alocativo dos mercados competitivos, para relacioná-los, sob o paradigma político da democracia no que tange a concorrência. Trata-se da variedade dos produtos e questões governamentais que expõem a potencialidade das escolhas individuais relativamente as escolhas coletivas, sejam elas no comércio de bens e serviços ou nos assuntos políticos.

O estudo do modelo de competição, tendo como princípio o indivíduo preocupado consigo mesmo, de maneira egoísta, eivado pela filosofia moral hedonista de diminuição da dor e aumento das atividades prazerosas, refletirá as interações de oferta e demanda no mercado. Para tanto os mercados serão considerados perfeitamente competitivos, isto é aceitaremos certos pressupostos, para captar a atuação das pessoas interagindo no ambiente de trocas. Os mercados competitivos são aqueles que possuem um grande número de firmas (empresas ou ofertantes) e um grande número de compradores (consumidores ou demandantes), nenhum deles possui poder para influenciar preços. As empresas são pequenas se comparadas ao tamanho do mercado e por isso se diz que elas são tomadoras de preço. Os produtos ofertados serão homogêneos não tendo grau nenhum de diferenciação com relação a outros concorrentes e por fim não existe barreiras a entrada ou a saída de firmas. É importante lembrar nesta analogia que caso os dois últimos pressupostos não sejam verdadeiros: grande número de empresas e barreiras à entrada, a não validade dos mesmos se constituirá como as fontes do poder de monopólio, impossibilitando invariavelmente a competição. Importante também é enfatizar que essas várias empresas mantêm concorrência acirrada e agressiva num mercado de concorrência perfeita.

A condição de atividade para o funcionamento da firma e sua maximização de lucro, neste mercado, é que a mesma se defrontará com uma curva de demanda perfeitamente elástica no seu nível de preços, sendo o seu preço igual a sua receita média e marginal que também será igual ao seu custo total médio e custo marginal de produção. O gráfico apresentando abaixo ilustrará tal condição atendendo os requisitos já citados, contudo vale a lembrança

de deve-se considerar a inexistência de assimetrias de informação. No gráfico são representados: o Custo Marginal (CMg), Custo Total Médio (CTMe), Custo Variável Médio (CVMe), Demanda (D), Receita Marginal (RMg), Preço (P) e Quantidade (Q).

Gráfico 3: Firma no Mercado de Competição perfeita



Fonte: Elaboração Própria.

Como já exposto ao longo da temática envolvida, vejamos que os mercados competitivos proporcionam a sociedade alocações eficientes de Pareto. De acordo com Hunt e Sherman, em seu parecer na história do pensamento econômico tratando da idéia de mercados competitivos para o pensamento liberal clássico:

Um mercado livre sem entraves, além de assegurar a utilização mais valiosa das energias e dos recursos produtivos, possibilitaria também um progresso econômico contínuo. Para Adam Smith, a prosperidade econômica dependia da capacidade produtiva da economia. (HUNT; SHERMAN, 1977, p.62).

Devemos ter cuidado ao expor as considerações sobre competitividade dos mercados, quando nos referimos ao número de empresas contidas em um mercado qualquer. Isto porque ter três, quatro, ou cinco empresas operando num dado mercado, não significa exatamente dizer que estamos diante de um oligopólio, o número de firmas presente em um mercado pode nos dá uma idéia, de que este tem pouca competitividade, e tem grande potencial para ser de fato um oligopólio, porém como já exposto, a caracterização de um possível poder de mercado destas firmas se dará na maneira como estas se comportam neste mercado, atraindo o maior número de clientes possíveis, ou seja, sua caracterização

de concorrência ou a falta de concorrência tem por critério a interação entre as firmas na disputa por consumidores, em captar mais consumidores, na obtenção de seus produtos. Assim sendo, se três ou quatro firmas disputam acirradamente, e agressivamente por sempre atrair um número adicional maior de clientes para a aquisição de suas mercadorias em relação as outras duas ou três firmas, certamente estaremos diante de um mercado perfeitamente competitivo ou muito próximo deste, onde o preço é igual ao seu custo marginal que por sua vez é igual a sua receita marginal que é igual a sua receita média por cada mercadoria vendida, sendo este o modo de operacionalização e funcionamento de um mercado em competição perfeita.

Para mostrar como as condições mercado são importantes, os autores Pindyck e Rubenfield, descrevem singularmente assim:

A suposição de livre entrada e saída é importante para que a competição seja efetiva. Ela significa que os consumidores podem mudar facilmente para uma empresa rival se o fornecedor usual aumentar o preço. Do ponto de vista organizacional, significa que dada empresa pode entrar livremente em um ramo industrial se perceber que há oportunidade de lucro, podendo também sair caso esteja tendo prejuízos. (PINDYCK; RUBENFIELD, 2010, p. 238).

A caracterização do mercado competitivo, é desenvolvida na teoria do consumidor para reforçar a filosofia hedonista, como já foi dito e para melhor representar tal exposição novamente Hunt e Sherman:

A visão de que os indivíduos são essencialmente inertes decorre da noção de que a busca do prazer e a rejeição da dor constituem as únicas motivações do homem. Se os homens não encontrassem atividades que lhes proporcionem prazeres, ou se não temessem a dor, ficariam reduzidos a inércia, á imobilidade ou, em outras palavras ficariam entregues a indolência. (HUNT; SHERMAN, 1999, p58)

Por isso as unidades familiares buscam a maximização da sua utilidade individual decorrentes de seus gostos, de sua renda, de suas predileções. Percebe-se então que tanto as firmas como os consumidores mantendo relações no mercado tenderão a ter o mesmo comportamento otimizador de seus interesses individuais.

Assimilamos a maneira operacional de como firma tem de agir no mercado competitivo, para teoria do consumidor a situação não é muito diferente sua escolha individual será determinada da sua restrição orçamentária, quando esta for tangente a sua curva de indiferença. Como afirma Monteiro (2004), numa analogia as escolhas coletivas:

Na teoria da procura do consumidor, por exemplo, todas as escolhas tem de submeter-se à restrição orçamentária, que é exógena. Mas no exercício da política econômica, todas as escolhas têm de realizar-se dentro do espaço factível

permitidos construído pelo pelos limites constitucionais. Esta é uma ex ante feita pelos próprios indivíduos para atingir não apenas a eficiência alocativa, mas múltiplos valores: relativa liberdade individual e relativa igualdade de oportunidades, por exemplo. (MONTEIRO, 2004, p.10).

É a partir daí que prosseguiremos na análise da tomada de decisões econômicas, tendo sido absorvido o mecanismo de desempenho dos mercados em competição perfeita que promovem alocações eficientes no sentido do ótimo de Pareto.

Agora partiremos para a contextualização no ambiente político no que tange a própria concorrência política e eleitoral.

3.1 CONCORRÊNCIA POLÍTICA

A concorrência política nada mais é do que a maneira organizada de como partidos, grupos sociais, empresas, enfim o público vai interagir diante das propostas administrativas apresentadas a comunidade. A competição política se expressa na concorrência eleitoral, em campanhas eleitorais, sendo assim como apresentado no capítulo sobre as escolhas coletivas os partidos políticos devem ser tomados como empresas que ofertam serviços de decisão sobre políticas administrativas e objetivam estar e deter o poder das decisões da máquina pública. Os cidadãos eleitores financiam os serviços fornecidos pelo setor público durante um mandato passado o processo de escolha. As preferências do público só são bem definidas quanto a estrutura dos gastos de um governo, ou seja as preferências individuais de todos os participantes é que se tenha um benefício líquido entre os custos sociais que estão envolvidos nas questões eleitorais com expectativas de retornos rápidos, no atendimento de seus interesses.

Sob o prisma da disputa política questões que os eleitores consideram importantes, serão os bens públicos a serem ofertados pelo governo. O indivíduo sente-se motivado a participar da disputa para influenciar comportamentos.

A campanha eleitoral derivada da competição política assume uma configuração de guerra entre seus participantes e reforça as relações democráticas, no desenvolvimento de estruturas organizacionais para ampliar o bem estar econômico, desenvolvendo a economia. O planejamento e o comportamento estratégico prevalecem no imperativo onde só a vitória interessa, para valer-se de ganhos no exercício do poder. Tais ganhos podem ser

financeiros ou apenas intelectuais, já que o conhecimento detalhado da composição das instituições do setor público concede vantagens comparativas valiosas, para sua utilização no mercado privado em benefício próprio. É o que talvez explique os custos dos gastos de campanha. A composição complexa das plataformas de governo de cada partido é a equivalência explícita das vendas casadas feitas no mercado privado, quando se observa interesses comuns por meio de escolhas indiretas, mas que foram devidamente coordenadas. Para a visualização da situação aludida vejamos um exemplo. Imagine hipoteticamente que um eleitor residindo num bairro distante do centro de uma metrópole, carecendo de segurança pública, vota num candidato que promete a construção de um shopping centers, próximo de sua casa, embora haja uma extensa parte de mata atlântica na região que torna a redondeza inóspita e certamente terá que ser desmatada (fato não dito ao veicular a proposta). O cidadão eleitor não deseja objetivamente o desmatamento da área, e destruição parcial da natureza, entretanto da prioridade a sua preferência por segurança. O conhecimento político e econômico extraído de tal exemplo é a maneira pela qual se condiciona a escolha individual, cooptando ou tornando capciosa a proposta política anunciada. Vejamos as promessas de atração de investimento produtivo de um candidato junto ao setor externo de uma economia pouco desenvolvida em seu setor industrial, sem o mesmo dizer que vai promover isenções fiscais, para realmente conseguir investimento direto de capital estrangeiro. O exemplo é útil, pois permite agora o encaixe de um artifício de competição política muito utilizado no setor privado, sendo estratégico para captar mais consumidores, a propaganda no caso a propaganda eleitoral e a propaganda de governo ambas com o mesmo intuito.

A propaganda eleitoral e o marketing político é que fazem deste modelo de competição, uma guerra, com conseqüências mais agravantes que as vistas no setor empresarial. Como o que de fato nos interessa é o comportamento estratégico por detrás da propaganda, definiremos seus objetivos e suas conseqüências no que se refere ao pensamento econômico. A propaganda serve para agravar assimetrias de informações, pode parecer até uma contradição já que a mesma serve para transmitir informação, isto é claro, desde que a informação propagada não seja algo deturpado e diferente da realidade. Por estarmos assumindo que políticos agem como os empresários capitalistas visando sua auto-promoção pessoal. A propaganda política se valerá de boatos para atacar concorrentes e distorcer propostas alheias as suas confundindo as pessoas.

De acordo Gomes (2004), quanto a propaganda política e publicidade eleitoral, para persuadir a grande massa na sociedade:

No marketing político e eleitoral, não totalmente válidas as extrapolações que se façam sob uma ótica puramente matemática já que, nessas previsões, incidem uma série de circunstâncias aleatórias, completamente imprevisíveis, e que vão desde fatos sociopolíticos normais, conseqüências das conjunturas evolutivas de um país, até o grau de simpatia ou antipatia que um determinado candidato faça o eleitor sentir. (GOMES, 2004, p.33)

Observamos que a propaganda é trabalhada para induzir os participantes de processo concorrencial, para distorcer preferências bem definidas ao abalar a imagem ou histórico de um opositor político. Esse marketing negativo desconstrói a possibilidade de mantermos estáveis as plataformas de governo durante a competição.

Outro fator importante, que marca a maneira estratégica por uso da propaganda eleitoral no cenário de disputa do certame, é o culto a personalidade de uma pessoa ou a personificação de uma idéia, que é promovido neste contexto. A semelhança do setor comercial, atributos e qualidades de uma pessoa ou proposta tornam-se símbolos, estandartes fantásticos que somente aquela empresa (no setor privado) e no nosso caso aquele político possa vir a representar.

Já sabemos que a maximização de votos, ou seja, a conquista da vitória nas eleições para um político acontece quando este consegue identificar as preferências médias dos eleitores, sabemos também que quanto melhor o ajuste de ações políticas partidárias as preferências totais, mais votos se obtém e mais próximos da unanimidade estaremos, ou seja, vai caminhar-se para a eficiência econômica em *strictu sensu*.

Ao adotar tais medidas temos uma boa analogia da suposição de mercados perfeitamente competitivos que promovem mais bem estar econômico e alocação eficiente de recursos. Nesse sentido os representantes eleitos, sejam eles do poder executivo ou legislativo tendem a agir de acordo com os interesses da sociedade, simplesmente porque isto assegurará sua permanência no poder.

Por último é necessária a lembrança de que no jogo concorrencial político tanto dentro de uma empresa como num país a alternância de poder, diminui as vantagens oportunistas daqueles que detém temporariamente o poder. Porém para a sociedade como um todo a

alternância política melhora o funcionamento da administração pública, reduzindo a burocracia, coordenando ações para que prazos e contratos sejam cumpridos.

3.2 SOLUÇÕES POLÍTICAS PARA AS FALHAS DE MERCADO

As falhas de mercado, são problemas cruciais para atingirmos a eficiência econômica, sobretudo para que os mercados operem competitivamente. Ao longo da jornada de estudo da tomada de decisões as falhas de mercados foram apresentadas para conceber todo o processo de escolha, agora tendo consciência do que de fato as falhas de mercado representam para uma economia qualquer, vamos entrelaçá-las as soluções políticas que venham a ser pertinentes e oportunas, para que o resultado exteriorizado a sociedade aumente a satisfação e o bem estar do indivíduo.

As falhas de mercado comumente explicadas nos livros de economia, são as assimetrias de informações, a existência de externalidades nos mercados e bens públicos. Tal apresentação decorre da quebra do pressuposto mais abrangente que a teoria neoclássica assume em sua argumentação para mercados eficientes, no que se refere ao conhecimento dos agentes econômicos dos bens e serviços e da qualidade das mercadorias que serão ofertadas no mercado. O fato de todos os agentes econômicos possuírem acesso as informações de maneira completa permite aos mesmos de valerem-se da racionalidade maximizadora para aumentar ganhos e diminuir perdas. Acontece que a realidade empírica demonstra que os agentes econômicos não possuem capacidade efetiva de processar da maneira mais correta as informações, mesmo que elas sejam simétricas e perfeitas. Não bastasse isso no mercado competitivo os preços devem ser o fator de sinalização das informações incorporadas numa mercadoria qualquer e quando admitimos a existências de assimetrias, os preços perdem essa função e encontramos dificuldades para que as escolhas econômicas sejam sempre as eficazes.

As externalidades o impacto das ações de um produtor ou consumidor sobre outro agente econômico que não estão contidas na fixação de preços, são também outro problema que impedem a atuação do comportamento maximizador, como já estamos familiarizados com os conceitos econômicos e o que eles acarretam podemos partir para as soluções políticas que venham a atenuar o resultado das falhas de mercado. Nessa seção limitaremos os

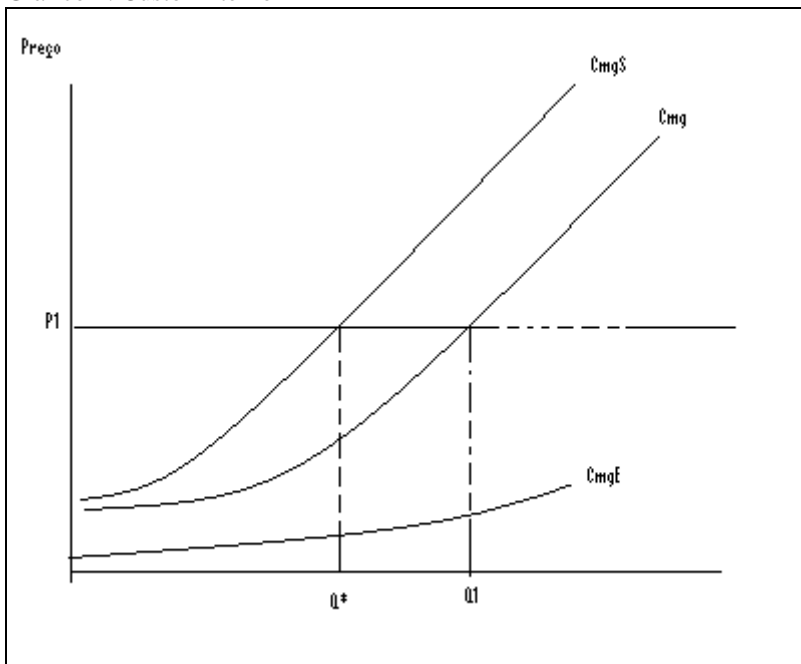
exemplos, pois já vimos que o papel das instituições numa sociedade pode mitigar vários problemas derivados destas falhas.

Novamente voltamos para o raciocínio desenvolvido para o ensino de microeconomia básica, se faz necessária a explanação de Pindyck e Rubenfield (2010), sobre o exemplo de externalidades negativas:

Como as externalidades não se refletem nos preços de mercado, elas podem se tornar uma causa de ineficiência econômica. Quando a empresa não considera os danos associados às externalidades negativas, o resultado é uma produção excessiva e custos sociais desnecessários. (PINDYCK; RUBENFIELD, 2010, p.576).

Para tanto vejamos gráfico produzido pelos mesmos autores acima mencionados.

Gráfico 4: Custo Externo



Fonte: Pindyck e Rubenfield, 2010, p.576.

Pelo gráfico podemos ver que a produção excede a quantidade socialmente ótima, pois a empresa privada produz em Q_1 , onde o custo marginal privado (CMg), é maior que o custo marginal social (CMgS). Ela deveria produzir em Q^* , sendo assim a externalidade negativa promove ineficiência alocativa.

Procuraremos nos ater ao que ainda não foi elencado para ampliarmos o leque de soluções, porém é necessário dizer que o papel das instituições está no plano mais administrativo e jurídico, enquanto as soluções políticas são mais direcionadas a composição das falhas de

mercado, sendo que algumas vezes podem atrapalhar mais do que ajudar. Vamos então ilustrar duas soluções políticas que orientem estratégias. Vamos iniciar com a solução política para bens públicos, já que não revisamos seu conceito como fizemos com as externalidades e o problema da assimetria, assim seu conceito fluirá pelo resultado orientado pela alternativa política.

Um dos principais aprendizados fornecidos pela história econômica, ao longo do século passado, que culmina no triunfo do capitalismo para os dias atuais, sobre outros modos de produção, é que o estado não pode se propor a fazer uma planificação da economia, portanto para correção de uma falha de mercado o governo deve definir o tamanho do setor público e portanto deve limitar estrategicamente a oferta de bens públicos e recursos comuns. Para tanto isso não requer uma limitação mínima da intervenção governamental, porém é apenas e tão somente um mecanismo de filtro, para que sejam rápidas as ações de administrativas, como exemplo específico as parcerias público privadas que serão discutidas no próximo capítulo.

Uma outra solução no plano político para as falhas de mercado é a questão da infra-ordenação da agenda ou hierarquizar a pauta dos impactos das externalidades, nesse sentido a regulamentação econômica deve ser cuidadosa, pois numa questão como poluição ambiental conceder a emissão de poluentes para uma empresa multimilionária, mesmo taxando impostos corretivos pode ainda não conduzir ao ponto ótimo socialmente desejável. Por mais impostos que sejam cobrados da indústria de cigarros ainda vemos impactos diretos na vida de pessoas não fumantes, pensemos em fatores psicológicos que o vício pode trazer, ao afetar a família de um não fumante como depressão, estresse etc. Se formos considerar a pauta como definir quais drogas devem ser consideradas lícitas, um grande problema que é evitado pelos administradores públicos.

4 GOVERNO

No decorrer do trabalho, ao longo da jornada, sobre a questão da escolha coletiva e análise de tomada de decisão, várias foram às vezes que colocamos o governo como precursor de discussão dos elementos que nos dirigem a deflagrarmos uma posição diante de propostas públicas. Como vimos algumas dessas posições representadas por escolhas coletivas sofrem alterações vis á vis interesses particulares. O governo é o agente principal capaz de viabilizar as relações econômicas quando não estamos nos referindo simplesmente ao comércio, compra e venda de mercadorias. A ótica cujo qual procedemos para apreciação do governo é que ele deve ser compreendido, como uma autoridade líder, executora de ações provenientes do processo político (preferencialmente deduzido da concorrência política) ofertador de bens e serviços públicos, o seu objetivo é de promover com qualidade e com quantidade adequada esta oferta. É por isso que sua atuação tem que acontecer de maneira estratégica, dosando a equidade e a eficiência econômica. Essa autoridade líder têm ou deveria, obrigatoriamente (no âmbito da teoria) que atrelar as preferências individuais que são variadas, transformá-las em preferências coletivas, para assim ter como produto preferências bem definidas tornando-as de fato escolhas públicas, traduzidas em políticas públicas. Assim um governo alcançará inevitavelmente eficiência econômica de suas ações, neutralizando o dilema da escolha.

Na ciência econômica vários são os autores que em suas obras explanam e teorizam sobre a atuação do governo, sua atuação na economia é a principal divergência entre as teorias econômicas a exemplo de alusão, tão somente, a teoria neoclássica e a teoria keynesiana. A maneira distinta de como o governo enquanto Estado na economia atua, foi levada em consideração durante todo este trabalho, porém como já visto, coloca-se de outra maneira a funcionalidade do mesmo diante da teoria da escolha pública e sua interferência na economia. Não se trata mais da interferência do governo sobre os mercados, essa temática já foi expressivamente e prolixamente abordada, agora nos posicionamos de fato, em direção sobre a maneira como a qual operam as escolhas públicas. O Estado se propõe a condução do bem estar social para patrocinar e delegar num ambiente institucional maturo, questões políticas para elevar o despenho de uma economia, assegurando a estabilidade das relações econômicas com alto grau de utilidade.

Para tanto vamos exemplificar o papel exercido por um governo como unidade das

decisões coletivas, já remetendo a sua atividade administrativa. Tomemos precipuamente as parcerias público privadas, elas não seriam um crasso modelo para evitar a inabilidade gerencial que tantas vezes aflige a economia do setor público. A utilização das mesmas permitem aumentar investimentos em infra-estrutura, melhorando a identificação das necessidades de recursos e diminuem a influência política que um indivíduo enquanto administrador público possa vir ter na execução de uma obra do governo.

Tomemos as ações do governo que privilegiem e venham a destacar a meritocracia, barrando o pragmatismo político que resulta na burocracia jurídica, elevando custos de transação que geram ineficiência a economia de uma nação. A meritocracia visa recompensar o trabalho individual no setor público, seus impactos produzem benefícios sociais, pois as ações políticas do governos na esfera da administração, tem retorno mais rápidos para os agentes econômicos, é nesse contexto que teremos qualidade dos bens públicos ofertados.

De acordo com Barbosa (2003), quanto as lições decorrentes da meritocracia na elevação do desempenho administrativo:

A própria questão do desenvolvimento econômico dos países tem sido verbalizada através da linguagem da meritocracia. Por exemplo o tradicional sistema japonês de senioridade, no qual a posição e o salário de uma pessoa são determinados pelo mérito pelo seu tempo numa organização - o mérito dos anos - , tem sido alvo de ataques dentro e fora do Japão. Segundo a discussão corrente entre intelectuais, empresários e administradores, para o Japão continuar crescendo a mobilidade vertical das pessoas dentro das empresas deve passar a ser determinada pelo seu desempenho individual , medido objetivamente, e não mais pelo tempo de serviço de cada um. (BARBOSA, 2003, p.28)

Para o governo os ganhos de sua atuação como patrocinador público, permitirão uma maior captura de renda por parte da sociedade, na medida que uma economia tem progresso social, neste sentido assumindo o raciocínio de que o governo não sustenta o funcionamento econômico, ou seja não é paternalista, o mesmo pode diminuir sua participação, deixando para o setor privado a possibilidade de investimento rentáveis, no setor produtivo. Além que o avanço na economia tende a aumentar a oferta de serviços para o setor externo, aumentando suas exportações para o resto do mundo.

Devemos lembrar que sob o modo de produção capitalista as oportunidades de investimento lucrativo no setor privado, são limitadas por tanto o governo pode também

atuar como um meio de ligação para o setor privado identificando, oportunidades não exploradas.

4.1 A ESCOLHA PÚBLICA

A escolha pública é o segmento da ciência econômica que tem como objeto de estudo o comportamento dos indivíduos fora do ambiente de mercado. Ela analisa a tomada de decisões fora do ambiente de troca, e decorre do processo político de concorrência política para equipar o comportamento das pessoas, pelo modelo de concorrência perfeita no mercado de bens e consumo. Na teoria da escolha pública embora os eleitores sejam racionais tendem a ignorar critérios de seus desejos privados importantes para tomar uma decisão é por isso que a premissa das transitividade das preferências da teoria do consumidor não pode se verificar. Mesmo que alguns indivíduos apliquem estes critérios na ordenação de suas preferências políticas não conseguiram atender a premissa, é por isso que alguns eleitores no decorrer de uma eleição se mantêm desinteressados pelas candidaturas e propostas apresentadas. A vertente da escolha pública tomando comportamento dos homens de governo pelos princípios utilitários estabelece uma linha tênue entre o interesse particular e o público para estabelecer diretrizes políticas.

A grande questão para refletir trata das instituições políticas preocupadas de fato, ou não preocupadas, em corresponder com aos desejos das preferências coletivas do público como indivíduos ou família.

As motivações econômicas dos políticos enquanto governo, como condensador de escolhas coletivas para ampliar ou restringir liberdades individuais, taxar de impostos e salvaguardar interesses. A escolha pública delinea exatamente o papel do governo para prestação de serviços, para não confundir, políticas pessoais com políticas sociais.

Ao trabalharmos com outro tipo de relação econômica que não seja mercadológica, partindo para o contexto eleitoral, os entraves que a organização econômica enfrenta, para que as escolhas públicas não sejam apenas fruto de demanda política particularista e tenham como consequência o desperdícios de recursos em atividades improdutivas. Devemos ter em mente também que o enfretamento de tais questões diminuem as possibilidades de crises políticas se tronarem crises econômicas, ou simplesmente de observamos o sistema econômico cair em armadilhas, por contradições da atividade do

estado pela influência política não validada pelo pensamento meritocrático. Observa-se tal situação quando um governo, passado o processo concorrencial de eleição, nomeia ministros, por alianças de campanha partidária, adota a expansão de moeda para financiar seus gastos com obras eleitoreiras, meramente para fazer uso das memas durante a campanha e ganhar uma eleição.

O processo democrático propicia a discussão da escolha pública, sem ele não haveria demanda numerosas sobre os mais variados temas. E só pelo resultado da competição política podemos restaurar atitudes racionais, por meio estratégico de articulações do comportamento quando se possui múltiplos caminhos de escolha. As variantes da escolha pública

5 CONCLUSÃO

Toda a fundamentação a respeito do paradoxo de Condorcet, e da análise da tomada de decisões coletivas em economia, serve de introdução para ampliarmos o debate a cerca de como o uso do método econômico cada vez mais toma conta de assuntos antes apenas circunscritos a Ciência política e a Sociologia. Agora com toda a engrenagem construída podemos provisionar impactos das ações institucionais atinentes da escolha. As variantes da escolha pública: as escolhas coletivas e o agregado de propostas de políticas no cenário de democracia rumam para a existência de conflitos, choques de regras que habitualmente não conseguimos perceber quando estamos entretidos na participação do jogo político.

A leitura deste trabalho abarca as variedade do comportamento oportunista presente na democracia, saber identificá-los, torna os economistas atuais mais experientes e sábios na elaboração de diretrizes econômicas que não se deixem viciar por distorções do principio de maximização. Para o economista esta bem informado é deter conhecimento com visão além do alcance. Isto permite na esfera do setor público visualizar horizontes se esquivando de problemas conjunturais atrelados aos problemas alocativos vivido hodiernamente.

A habilidade extraída dos conhecimentos econômicos é o meio para o qual propostas de escolha respondam a incentivos traçados pelo planejamento macroeconômico. O diagrama principal remete a maneira como a questão da escolha pública será cuidada. Os ditames que remetem as soluções políticas para as falhas de mercado e para as falhas de atuação do setor público.

O julgamento para este tema pode divergir, porém a percepção de realidade da escolha pública na análise da tomada de decisão é o que mais nos interessa. Os modelos econômicos não podem ser tomados fielmente, são herméticos (interpretativos) e a partir deles devemos e podemos traçar projeções da atividade produtiva. Projeções estas que são fruto das escolhas públicas, advindas de um ambiente institucional de credibilidade.

Passeamos por vários contextos políticos, para atribuir a funcionalidade do governo em respostas as escolhas, o que concluímos é a motivação para nos especializarmos em cada um destes contextos. Esta será o força motriz das aplicações do comportamento estratégico

diante da sociedade.

A quantidade da oferta pública como elemento crucial dos fatores que aumentam os custos de oportunidade de uma nação. A elasticidade isto é, a sensibilidade da oferta junto a demanda, farão parte da formulação de propostas públicas que por ventura venham ser remetidas ao público.

O equilíbrio econômico também vem a consolidar o equilíbrio político nas questões que envolvam a escolha coletiva O argumento de como prevalecer diante de paradoxos recorrentes é complexo mais estará distante daqueles que predicam a não fazer nada e deixar o livre jogo da oferta e da procura mesmo nas questões políticas atuar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação: NBR 6022. Rio de Janeiro, 2003.

ARROW, K. **Social choice and individual values**. New York: John Wiley, 1963, 129 p.

BARBOSA, Lívia. **Igualdade e meritocracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, 216 p.

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

BORSANI, Hugo. **Relações entre política e economia: teoria da escolha pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 125 p.

CONDORCET, M.J.N.C. A teoria matemática das eleições. In: RASHED, R. (org.). **Matemáticas y sociedad**. México: Fondo de Cultura Economica, 1990.

DOUGLAS, Mary. **Como as intuições pensam**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998, 144 p.

GOMES, Neuza Demartini. 3.ed. **Formas persuasivas de comunicação política: propaganda política e publicidade eleitoral**. Porto Alegre: Editora Edipucrs, 2004, 135 p.

HUNT, E. K. & SHERMAN, J. 19.ed. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, 218 p.

KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**. 8.ed. São Paulo: Pearson, 2012, 576 p.

LAMOUNIER, B. **Partidos políticos e sistema eleitoral**. São Paulo. Série Textos Idesp, texto n. 13, 1986.

LAMOUNIER, B.; MUSZYNSKI. **O processo eleitoral brasileiro, da velha a nova república**. São Paulo. Série Textos Idesp, texto n. 14, 1989.

MANKIW, Gregory N. **Introdução á economia**. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010, 838p.

MITCHELL, William; SIMMONS, Randy. **Para além da política mercados bem –estar social e o fracasso da burocracia**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003, 440 p.

MONTEIRO, Jorge Viana. **Lições de economia constitucional brasileira**. Rio Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004, 308 p.

_____. **Como funciona o governo: escolha pública na democracia**

representativa. Rio Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007, 220 p.

OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups.** Cambridge, Mass.: Harvard University. 1971.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** 7.ed. São Paulo: Pearson Education, 2010, 647 p.

RIKER, W. H.. **Liberalism against populism: a confrontation between the theory of democracy and the theory of social choice.** San Francisco: Freedman. 1982, p.246.

SHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: F. Cultura, 1961, 487 p.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia Princípios Básicos Uma Abordagem moderna.** 7.ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2006, 807 p.

WITTMAN, Donald A. **O mito do fracasso da democracia.** University Chicago: Bertrand Brasil, 1999, 333 p.

